Opinião

Política para o etanol: uma questão de bom senso



Mônika Bergamaschi*

HÁ ALGUNS meses, este espaço foi usado para abordar a percepção da gravidade da crise canavieira no País e, em particular, no estado de São Paulo.

Crises e superações fazem parte da história do setor, e as retomadas, invariavelmente, levaram à conquista de patamares superiores de produção e produtividade. Nos idos de 2002, em acordo com o setor produtivo, o governo FHC implementou um imposto, *grosso modo*, devido às externalidades negativas da gasolina, a CIDE. Esse mecanismo deu ao etanol a possibilidade de conviver com o combustível fóssil em mercado livre. Ao trazer para condições de mercado toda a economia energética, o etanol ganhou um *status* que permitiu e atraiu o capital externo, promovendo uma verdadeira explosão no crescimento da oferta.

Em complemento, no ano de 2003, o então governador Geraldo Alckmin reduziu o ICMS do etanol para 12% (pouco menos da metade da alíquota de ICMS da gasolina), o que proporcionou um fabuloso crescimento da demanda de etanol hidratado, para uso nos carros flexíveis. Também foram estimulados investimentos em produção de energia elétrica a partir das fibras da cana-de-açúcar.

Uma conjunção vitoriosa. Empregos foram gerados de forma descentralizada no estado de São Paulo, e, de quebra, melhorou a qualidade do ar nas grandes cidades, com redução de casos de problemas respiratórios.

Com a alíquota da CIDE reduzida a zero em junho de 2012, depois de representar 14% sobre o preço da gasolina em 2002, e com os preços da gasolina congelados por mais de seis anos, os carros leves de Ciclo Otto passaram a usar muito mais gasolina do que etanol. A proporção de consumo, que havia atingido meio a meio, fechou 2012 com 70% a favor da gasolina. Pioraram os índices de poluição, e o saldo da balança comercial brasileira foi impactado negativamente, com o aumento da importação do combustível. Para arrematar, a Petrobras tem pagado pela gasolina importada um valor superior ao praticado na comercialização do produto no mercado interno, o que explica o estrago na saúde financeira da empresa, inclusive com perda de valor de suas ações.

É sabido que o preço da gasolina dá teto ao preço do etanol e o inviabiliza à medida em que a CIDE é zerada. Da perda de renda do etanol decorre o crescimento do endividamento dos produtores. E a esperança do alento com os leilões de energia elétrica esvai-se a partir do momento em que são abertos em conjunto à energia oriunda de outros produtos, reprimindo a expressão da produção de energia elétrica da cogeração na indústria sucroenergética. Como se não bastasse, o clima também conspirou contra os produtores de São Paulo nas duas últimas safras, e, recentemente, os preços do açúcar despencaram no mercado internacional.

O governo do estado de São Paulo une-se aos produtores na indignação pela falta de uma política pública federal condizente com a atração (já ocorrida) do capital e de empresas externas; pela falta de diálogo com os estados produtores; pela insana estrutura de impostos que, hoje, fazem o etanol, em unidade equivalente de energia, ser mais taxado do que a gasolina! Qual é o significado disso? Onde está a estratégia nacional de matriz energética limpa?

A imagem externa brasileira fica arranhada nessa aventura de retroceder à década de 80. O Brasil é o segundo maior produtor de etanol, atrás dos EUA, que já produzem mais de 50 bilhões de litros, o dobro do Brasil, mas o nosso é um produto reconhecido pela própria Lei de Energia norte-americana como etanol avançado.

A fragilização do setor sucroenergético não faz sentido, pois os impactos são muito ruins para o Brasil. Os movimentos populares virão em apoio aos produtores, antes deste inverno passar. Aos outros estados, cabe seguir o bom exemplo de São Paulo e reduzir a alíquota de ICMS para 12%, como forma de dar sobrevivência ao etanol carburante. Aos produtores, fica a expectativa de recuperação de margens, para voltar aos investimentos. Há de prevalecer o bom senso. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo